

Bolsa Família, gênero e alimentação: moralidades em uma favela no Rio de Janeiro¹

Viviane Mattar Villela (UERJ/Brasil)²

Rogério Lopes Azize (UERJ/Brasil)

Rodrigo de Araújo Monteiro (UFF/Brasil)

Palavras-chave: Bolsa Família; alimentação; moralidades

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) não coloca em circulação apenas um benefício/direito social. Moralidades, acusações e relações também são colocadas em movimento em um contexto no qual a composição do valor mensal varia, de retirada do benefício sem que se saiba a razão, desconhecimento sobre como se calcula o seu valor e o porquê das diferenças. Venho acompanhando narrativas de mulheres a partir deste assunto em uma favela carioca de composição bastante heterogênea, com uma área especialmente pobre, tensionando discursos sobre a perda do benefício – fenômeno em crescimento naquele local – sua manutenção e a percepção local sobre sua variação entre as beneficiárias. Sobre cortes, manutenções e diferentes valores parece circular grande desinformação em termos técnicos, mas muitas opiniões, por vezes confusas e imprecisas; nos casos mais dramáticos, a consequência é sempre em cadeia e a primeira dificuldade mais evidente é relacionada à alimentação. Torna-se importante entender o funcionamento do benefício em contextos etnográficos específicos, como ele é utilizado para suprir necessidades alimentares, mas também o sentido que se atribui aos corpos, às comidas e ao próprio dinheiro, sempre moralizados. Isso diz respeito a como elas projetam as suas vidas e de que forma o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF) influencia nas suas escolhas alimentares e no próprio significado que os alimentos adquirem. Por ter observado que, nessa comunidade, grande parte dos responsáveis pela família (provedoras) são mulheres, o recebimento do PBF permitiu a criação de novas relações de gênero, um contexto no qual as mulheres ganham destaque como e responsáveis pelas decisões sobre a alimentação do grupo familiar. Em um momento de sucessivos ataques aos direitos sociais, com corte e retraimentos no PBF, torna-se indispensável pensar nas consequências à população de baixa renda, não apenas relacionadas à alimentação, mas também aos estigmas vividos por estas pessoas. O benefício ou sua falta acaba sendo um atalho para falar aqui de gênero, corpo, violência, alimentação, pobreza e moralidades.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Mestranda em Saúde Coletiva, no Instituto de Medicina Social (IMS), da UERJ. A pesquisa conta financiamento da Capes. vivianemattar@gmail.com

1- Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns dados parciais da pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado em Saúde Coletiva. Ela se situa na interseção de discussões sobre moralidades, gênero, alimentação, Programa Bolsa Família e sobre favelas e periferias. Um dos objetivos do paper é a intersecção destes vários pontos de análise, tendo a alimentação e moralidades como fios condutores.

Esta pesquisa é realizada em uma favela, que chamo de Tripé³, que faz parte de um grupo de favelas chamado Conjunto. Em linhas gerais, o Conjunto é composto por seis comunidades situadas entre os bairros das Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Na tentativa de traçar a história do local, minhas descobertas até o momento mostram que a ideia de agrupar essas favelas não corresponde à realidade destas comunidades – no sentido à sua visão nativa de partes e conjunto – e nem ao modo como o poder público entende esta região.

Esta nomeação e essa incorporação das seis comunidades como o Conjunto foi idealizada por uma ONG que atende crianças e adolescentes da região com a finalidade de organizar e facilitar a descrição do local. Vale salientar que a maioria dos moradores não se considera enquanto parte de um conjunto, até porque muitos deles não se reconhecem enquanto moradores de favela. Um exemplo disso são os moradores de um conjunto de prédios criado na década de 50 que, embora tenha se “favelizado”, não é visto pelos residentes como parte da favela. Sendo assim, podemos pensar em uma Comunidade que foi imaginada para facilitar a organização de uma ONG.

Benedict Anderson (1991) propõe a definição de uma nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Ele explica como os membros das comunidades talvez nunca se encontrem, se conheçam, mas é como se eles vivessem em comunhão e, por isso, essa ideia existe, na tentativa de imaginar que essa nação tenha muito em comum.

O caso da organização dessas favelas acima citadas, enquanto Conjunto, pode ser um exemplo disso. Na tentativa de organizar as comunidades e tentar encontrar convergência entre elas, não se levou em consideração que os moradores não se

³ Todos os nomes foram modificados, a fim de seguir as diretrizes éticas e proteger o anonimato das colaboradoras. Fazer pesquisas em favelas e regiões periféricas requer tomar estratégias de segurança, já que tratam-se de locais com a presença de grupos ligados ao tráfico de drogas e de constantes confrontos destes com a polícia, por exemplo. Todas as entrevistas realizadas foram mediante Termo de Consentimento Livre e Informado.

reconheciam como parte dessas confluências. A ONG apenas levou em consideração a mesma facção criminosa para organizá-los, enquanto Conjunto, mas existem intermináveis nuances que estão em desacordo com essa denominação.

Fiz a escolha de continuar utilizando o termo “Conjunto” para facilitar a descrição e porque os dados disponíveis sobre estes locais são ligados à ONG em questão, que reúne todos essas comunidades como complexo. Em outras palavras, a classificação espacial da prefeitura, da ONG que fez o levantamento de dados e da própria comunidade local não coincidem.

Os dados oficiais existentes sobre a região são incompletos, tendo em vista que só consideram três das seis comunidades como parte do Conjunto. Apesar da proximidade espacial, cada comunidade tem suas próprias características. Um fator de união é a presença da mesma facção criminosa, que acredito ser responsável pelo controle da região em diversos aspectos.

Ainda que as divisões entre essas comunidades não sejam claras nos dados oficiais, os moradores sabem precisar o limite entre cada uma delas e o processo de segregação caminha em conjunto com o limiar percebido por eles, como pretendo demonstrar mais adiante.

No entanto, a divisão da comunidade não é fechada, sendo que o importante é prestar atenção às zonas fronteiriças. Como advertem Gupta e Ferguson (1992), as fronteiras são “lugares de contradições incomensuráveis”. Deste modo, não há qualquer fixidez na delimitação do território estudado, sendo que a divisão realizada e descrita tem a função de apresentar contradições, misturas e as dificuldades que os mesmos colocam.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, que tem dados de apenas três comunidades da região, a população gira em torno de 11.099 habitantes e o IDH é muito baixo (0,60), principalmente se comparado ao restante da cidade.

A favela onde realizo pesquisa de campo sequer é incluída nestes dados, sendo praticamente invisível (aos olhos dos moradores, do restante do Conjunto e ao poder público). De acordo com minha experiência em ONGs, na Favela do Tripé encontramos um IDH ainda menor, já que parte dos moradores vive em condições insalubres, em barracos. O silêncio de dados específicos sobre esta área mais precisa fala de sua invisibilidade pública, quase na mesma medida de uma clara consciência de espaço daquela comunidade, na qual o termo “tripé” é de uso corrente.

Um exemplo sobre as diferenças entre as comunidades diz respeito à água encanada. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), no Conjunto,

99,09% das casas possuem água encanada. Se levarmos em conta que o Conjunto reúne as seis comunidades, este dado não reflete o saneamento local e fala da invisibilidade de uma parte mais pobre daquela região, na qual minha experiência empírica mostra estar este número muito longe da realidade.

Em termos gerais, os moradores do Conjunto enfrentam questões como falta de saneamento básico, falta de moradias seguras, problemas com fornecimento de água e de luz, descarte do lixo e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Além disso, o tráfico de drogas representa uma importante influência na organização de partes da vida social.

Sou nutricionista por formação e minha aproximação com o Conjunto e a Favela do Tripé se deu através do trabalho em ONGs que atuam na região. Apesar de não ter formação antropológica inicial, a entrada em um mestrado multidisciplinar em saúde coletiva, trouxe como inspiração o uso da etnografia como metodologia de pesquisa. Realizei, ao longo de 8 meses, 5 entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias do Bolsa Família e acompanhei as rotinas destas e tantas outras (conversas, momentos de sociabilidade, compra de alimentos, preparação da comida).

Em um momento de retraimentos no PBF, torna-se indispensável pensar nas consequências disto para a população de baixa renda, não apenas relacionadas à alimentação, mas também aos estigmas vividos por estas pessoas. O benefício, ou sua falta, acaba sendo um atalho para falar sobre gênero, corpo, violência, alimentação, pobreza e moralidades. Os dados etnográficos apresentados correspondem a uma parte de minha pesquisa, sendo que estão mais diretamente relacionados à alimentação e às moralidades.

2 - Bolsa Família, alimentação e a questão das moralidades

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, unificando os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Baseia-se na transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além disso, desloca investimentos em direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social.

Desde o início do Programa, foram criadas as condicionalidades, que são regras que visam o controle e a eficácia do mesmo e que precisam ser cumpridas pelos seus beneficiários. As exigências são relacionadas à educação e saúde; dizem respeito mais

especificamente à frequência escolar, comparecimento no pré-natal, participação nas atividades educativas sobre aleitamento materno e segurança alimentar.

Segundo Yatzimirsky (2006), a sobrevivência faz com que as necessidades alimentares sejam priorizadas em relação às demais. Desta forma, os moradores das favelas podem resistir à fome, mas não à deficiência nutricional.

Rego e Pinzani (2014) analisam algumas condições básicas para uma vida saudável e destacam alguns pontos que representam obstáculos nesse processo: moradia precária, acesso ao serviço de saúde e a má nutrição. A má nutrição não se apresenta apenas ligada à ausência de alimentos, mas à falta de educação nutricional e ao consumo insuficiente de alimentos que sejam fontes de vitaminas, sais minerais e proteínas. Esses, geralmente, são substituídos por alimentos ricos em gorduras e carboidratos.

Para além de questões nutricionais, Ferreira e Magalhães (2005) discutem as diferenças nos padrões de obesidade em diferentes sociedades. Seu estudo, também em uma favela do Rio de Janeiro, aponta que a atenção ao corpo, em classes mais pobres, é menor. Elas também afirmam que mulheres seriam as mais atingidas quando se fala de obesidade, pois, apesar não se alimentarem regularmente obedecendo às três refeições (desjejum, almoço e jantar), elas geralmente se abstêm do alimento em detrimento dos filhos e maridos e, por isso, acabam fazendo escolhas alimentares mais baratas e de menor valor nutricional.

As autoras também discutem a relação entre excesso de peso e magreza. Segundo os relatos dos sujeitos de pesquisa, o primeiro vem ligado a limitações e sintomas clínicos. Ou seja, só se faz necessário emagrecer por uma questão de saúde e não necessariamente por estar relacionado a nenhum atributo físico. Por outro lado, para esses grupos, pessoas magras são consideradas doentes ou, por algum motivo, estão sendo privadas de alimentar-se.

Ainda pensando sobre alimentação, o que observei durante minha pesquisa de campo foi que, além do preço dos alimentos serem pontos essenciais a considerar no momento de compra, as escolhas também são orientadas por uma abordagem sociocultural, influenciadas por ordens históricas, culturais, sociais e econômicas do indivíduo e que marcam sua identidade. O alimento é visto como algo simbólico e não apenas sob o ponto de vista biológico, que atende apenas às necessidades de funcionamento do organismo como aponta Canesqui e Garcia (2005).

Deste modo, receber o benefício do Bolsa Família tem se mostrado um incentivador da autonomia e do protagonismo das mulheres. Como mostram Rego e

Pinzani (2014) ao prover um rendimento regular para as mulheres, o PBF cria impactos que vão desde mais liberdade, respeitabilidade, autonomia e poder de decisão.

Partindo da ideia de “autonomia individual”, Rego e Pinzani (2014) pensam a relação entre autonomia e renda, sendo importante a discussão de gênero. Pelas entrevistas realizadas, perceberam o quanto o Bolsa Família impactou a vida das mulheres. Uma de suas novidades é permitir o acesso a uma renda regular, facilitar a tomada de decisões de ordem subjetiva como os casamentos e as relações conjugais e criar maior empoderamento no âmbito de direitos (autonomia política). Notaram também o aumento da liberdade pessoal das mulheres e o crescimento da respeitabilidade dentro de suas comunidades.

Ainda que o PBF seja responsável por alimentar muitos brasileiros, autores como Yazbek (2012) acreditam que o programa se limita à intervenção e melhorias imediatas nas condições de pobreza e extrema pobreza, “servindo tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado”. A autora discute sobre apenas uma amenização da situação como melhorias imediatas sem que sejam resolvidos os problemas estruturais causadores da pobreza. Além disso, também faz críticas no que diz respeito às reais possibilidades de elevar a escolaridade, melhorar a saúde e a nutrição da população.

A ideia de autonomia é central para minha pesquisa, pois está diretamente ligada à questão do consumo e, conseqüentemente, da alimentação. A referência principal para pensar a relação entre autonomia, renda, gênero e cidadania é o trabalho de Zelizer (2011). Partindo desta autora, minha pesquisa considera ser necessário levar em consideração – para compreender o papel que o dinheiro proveniente da transferência de renda exerce nesse contexto e na alimentação – questões que estão além da economia como relações de gênero, agência e capacidade de negociação. Em outras palavras, os argumentos dessa autora podem ser úteis para entender alguns pontos da relação entre economia, dinheiro e as relações sociais construídas na intimidade. Isso pode nos ajudar a compreender como é construída a autonomia econômica e subjetiva das mulheres beneficiárias.

De modo geral, dados indicam que o PBF aumenta as possibilidades de autonomia das mulheres bolsistas, permitindo que elas adotem atitudes de maior liberdade frente aos variados modos de dominação a que estão sujeitas. Uma hipótese é a de que o PBF permite a mulheres pobres saírem de uma posição de negação de cidadania para a busca de participação igualitária na vida pública e na garantia de direitos, tal qual mostram Rego e Pinzani (2014).

A má nutrição não se apresenta apenas ligada à ausência de alimentos, mas à falta de educação nutricional e ao consumo insuficiente de alimentos que sejam fontes de vitaminas, sais minerais e proteínas. Esses, geralmente, são substituídos por alimentos ricos em gorduras e carboidratos. Isto seria o que o Josué de Castro (apud Rego e Pinzani, 2014) chamou de “fome oculta”: as pessoas se alimentam mas, apesar disso, falta a elas os elementos nutritivos necessários e por isso, ainda assim, elas podem morrer de fome.

Ainda neste sentido, como mostra Martins (2013) ao utilizar dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada em 2008-09, famílias de baixa renda utilizam o dinheiro do Bolsa Família para adquirir alimentos básicos - arroz, feijão, farinha, açúcar - e inserir na alimentação proteínas que não faziam parte do cardápio diário em consequência do alto custo. Entretanto, o estudo também observou o crescimento de produtos de demanda infantil, como biscoito e doces, alimentos com alto teor de açúcar e ultra processados.

Na Favela do Tripé, o cenário não é diferente. A pesquisa realizada revela que é comum haver, por parte das mulheres, que são normalmente as responsáveis pela escolha alimentar rotineira uma preocupação em utilizar o benefício para produtos alimentícios que favoreçam as crianças como iogurtes, achocolatados, biscoitos recheados, cereais infantis e etc.

Ainda nesse sentido, parte-se do princípio da importância da alimentação não apenas sobre uma perspectiva nutricional, mas também simbólica, social e histórica. Barbosa (2007) afirma que questões políticas e ideológicas se relacionam aos hábitos alimentares para além do biológico, mas como algo ético e moral.

Tomando Mauss (2003) como inspiração poderia se pensar na dietética como uma “técnica do corpo”. Técnica para ele se relaciona com aprendizagem sendo que, toda técnica tem uma forma específica e é aprendida levando à conclusão que as atitudes do corpo e em relação ao corpo vem de um aprendizado e da aquisição de hábitos. Os diferentes modos de agir são técnicas do corpo em que, o corpo enquanto instrumento do homem é “montado” pelo indivíduo e pela educação, que depende do grupo social do qual o indivíduo faz parte e do lugar que ele ocupa nesse grupo.

Trabalho com o conceito de moralidade a partir de uma perspectiva crítica, tal como proposta por Fassin (2012). De acordo com este autor, uma antropologia moral (ainda que o próprio termo seja problemático) não se trata de um “projeto moralizante” (p.3). Nesse sentido, as questões morais estão embutidas na própria base do social, sendo que elas não podem ser pensadas em separado de problemas econômicos, políticos,

religiosos e sociais. Precisamos pensar em como essas moralidades circulam, se estruturam em nomeações e em formas de regulação dos grupos sociais. Como afirma Fassin: “o objeto de uma antropologia moral é a construção moral do mundo”.

Adoto essa perspectiva para análise dos dados coletados em campo, que passo a descrever e problematizar a seguir.

Na Favela do Tripé, podemos encontrar as moralidades nas escolhas que eles fazem em relação ao que comprar com o dinheiro do PBF, que vem de acordo com um aprendizado social dentro de um grupo social. Por esse motivo, causa estranheza alguém fugir dos itens que são considerados permitidos de se adquirir com o dinheiro do benefício, sendo julgado eticamente.

O dinheiro do PBF é direcionado a um grupo social com características, comportamentos e escolhas de consumo diferentes, sendo este último foco de estigmatização. Por isso, o dinheiro direcionado por meio do programa de transferência de renda é um dinheiro socialmente diferente dos outros, com muitos significados, classificações e moralidades, que são produzidas a partir da origem e do destino do dinheiro (Eger, 2014).

O que a pesquisa de campo mostrou foi que as mulheres que designavam o dinheiro para outros fins, que não fossem ligados às necessidades básicas, eram julgadas e vítimas de fofoca e estigmatização por parte dos vizinhos. Entretanto, o conceito do que era necessário variava em cada família pois, a partir de suas vivências, determinado produto se tornava ou deixava de ser essencial para a vida de um determinado grupo familiar.

Como exemplo do que descrevi acima, posso citar a relação de Maria com determinados alimentos. Ela separa iogurte para os seus filhos mais novos, pois acredita que o produto faz parte do que ela considera essencial a uma alimentação saudável, que ela precisa oferecer para que eles cresçam com saúde. Já os mais velhos são repreendidos quando querem comer o iogurte, já que eles não precisam mais daquele alimento por já estarem grandes.

Em relação aos cortes do benefício, foi comum ouvir justificativas para as possíveis perdas. As diversas vozes da favela apontavam inúmeros motivos causadores do bloqueio do PBF do vizinho, como utilização do dinheiro para comprar drogas, bebida alcoólica, irresponsabilidade na criação do filho e falta de atenção na escola eram as razões que mais apareciam nos discursos.

É comum ouvir de alguns moradores que muitas pessoas vão ao baile e usam o dinheiro do PBF para o consumo de drogas e bebidas e depois ficam sem dinheiro para a comida. Neste caso, fica evidente como o PBF é também utilizado para acusar, fofocar, rotular e estigmatizar os beneficiários, sendo uma ferramenta para classificações no local. Algo que notei, nas conversas com moradores, é que há muita fofoca sobre o uso do benefício. Para alguns deles, é inaceitável que o PBF seja utilizado para algo diferente de alimento. Utilizando Elias e Scotson (2010) e Goffman (1981), analiso a fofoca entre os vizinhos como uma ferramenta que acaba gerando um controle moral entre os beneficiários. Eles utilizam o PBF como agente de disputas no que diz respeito a quem merece mais ou menos dependendo do uso que faz do dinheiro recebido.

De forma muito geral, algo que a pesquisa de campo mostrou é que a favela do Tripé está dividida em três partes, que diferem bastante entre si. Não interpreto esta divisão como algo determinista, mas que nos ajuda a compreender as muitas ocupações do espaço e as relações estabelecidas entre os moradores. Esta separação também diz muito sobre moralidades.

Uma das partes da favela é composta por um aglomerado de barracos localizados embaixo de viaduto da avenida Brasil e entre o rio Jacaré e a linha de trem da Supervia. Neste local, os aglomerados de barracos causam para muitos, pelo menos na primeira impressão, exatamente sentimentos ligados a repulsa e medo de estar colocando a saúde em risco. Desta forma, é frequente que os moradores daquele local sejam vistos também como um risco, um problema a ser solucionado.

Naturalmente, as noções comuns dos indivíduos entendem que um local úmido e escuro deve ser prevenido. Estes locais são vistos como um perigo para a procriação de animais que transmitem doença, proliferações e transmissões de vírus, bactérias e infecções e desta forma, um grande risco à saúde. Além de fatores ligados a patologias, um local escuro causa medo e repugnância.

A experiência de vida dos moradores da favela me faz, inspirada em Duarte (2003), fazer uma reflexão sobre o “físico-moral”. Segundo o autor, situações anormais, desarmônicas e irregulares que o indivíduo vivencia, não influencia somente o seu corpo, mas também sua vida moral, seus sentimentos e o seu desempenho na vida.

Sendo assim, além de doenças no corpo, que essas pessoas podem adquirir pela insalubridade do local, também existem as doenças morais por estarem sendo expostas junto às suas famílias a condições de descaso e de condições nocivas que poderão influenciar na maneira com a qual esses indivíduos lidam com a vida.

Os barracos quase não têm infraestrutura (saneamento básico, luz, coleta de lixo) e os moradores disputam lugar com alguns bichos que são atraídos em função da umidade, proximidade com o rio e o lixo que, na maioria das vezes, precisa ser queimado para solucionar o acúmulo. Diante disso, doenças relacionadas ao consumo inseguro de alimentos e água e a contato com fezes e urinas de animais transmissores de doenças é muito frequente.

Alguns problemas de saúde acabam sendo resolvidos com o que Boltanski (2004) chama de “medicina popular”, ou seja, saberes locais que passam de geração para geração com promessa de cura. Os médicos só são procurados em casos mais graves, como os de emergência ou no caso de todas as opções de remédios caseiros ou não fracassarem na cura.

Para Boltanski (2004), em classes populares, a atenção para saúde é mais voltada para a criança. Ainda assim, se a criança não apresenta febre, a mãe medica conforme os remédios que já foram receitados, observando similaridade entre os sintomas e doenças. Ou seja, a febre é o grande sintoma da doença. O autor ainda considera que a medicina científica e a popular são complementares e não excludentes.

No que diz respeito à Favela do Tripé, talvez pela dificuldade de acesso à rede de saúde, já que, para marcar uma consulta com o médico da Clínica da Família⁴, muitas vezes se demora mais de um mês, observo as famílias usando frequentemente a “medicina popular”. Frequentemente ouço alguma mulher receitando remédios ou ensinando alguma receita caseira para curar crianças da comunidade.

Essas mulheres são procuradas não apenas quando se trata de receitar alguma terapia, mas também são elas que dão dicas sobre a criação das crianças, são procuradas pelas mães para dar conselhos quando algum menino começa a trabalhar para o tráfico e para ajudar em alguma questão de alimentação, geralmente dos bebês quando eles apresentam algum problema em relação amamentação nos primeiros meses de vida. Normalmente, são mulheres mais velhas, que já tiveram experiência com a maternidade e por isso são mais indicadas e são vistas como mais experientes.

A procura por médicos ou emergências se dá, em concordância com Boltanski, quando o quadro apresenta pioras, como a febre. Sendo assim, doenças de pele relacionadas à contaminação de animais ou do solo e doenças resultantes de intoxicação alimentar geralmente não são vistos como de grande importância.

⁴ Rede de atendimento na atenção primária responsável por ações de prevenção, promoção de saúde e diagnóstico precoce de doenças.

Os moradores dessa região são, em sua grande maioria, negros, adultos e crianças e muitos que ali residem têm algum parentesco entre si. Na minha experiência, realizando atendimentos nutricionais, notei que os mais velhos estão em sua maioria com sobrepeso ou obesidade, mas não se preocupam com essa questão, enquanto os mais jovens, também acima do peso, se preocupam com a aparência, tentando atingir o peso que eles acreditam ser o ideal.

Essa busca por emagrecimento por parte dos mais jovens é dificultada pela falta de dinheiro e pela busca de alimentos que proporcionem mais energia durante mais tempo. Apesar de muitos entenderem que precisam ter uma alimentação mais diversificada e de qualidade, são os alimentos com mais calorias, gorduras e açúcar que são responsáveis pela energia necessária para o trabalho e pela saciedade.

Pude observar, durante minha experiência profissional na região em questão que, apesar do sobrepeso notável naquela população, a falta de frutas, verduras e carne, além do aumento do consumo de açúcar e gordura, geram uma grande carência de nutrientes, como resultado de uma alimentação inadequada. Sendo assim, a alimentação pode ser diária, mas não atende às necessidades nutricionais do indivíduo.

Ainda que as mulheres tenham se tornado responsáveis pelo gerenciamento das compras de insumos alimentares, elas ainda se baseiam nos preços dos produtos para escolher o que irá compor as refeições da família. Assim, muitas vezes a alimentação se mostra monótona e não habitual, pois o preço elevado dos alimentos é incompatível com o valor recebido pelas mulheres.

Outro ponto importante, pensando como nutricionista, é a falta de educação nutricional. A pobreza na região vai além de um ponto de vista apenas econômico, mas também a falta de condições básicas para uma vida saudável como a invisibilidade, baixo nível de escolaridade, alta natalidade, desemprego, violência e falta de acesso ao sistema de saúde. Por isso, seria imprescindível que houvesse por parte do poder público a responsabilidade em gerir atividades educativas relacionadas à alimentação saudável.

Pude observar durante a pesquisa de campo, que as mulheres da Favela do Tripé apresentam maior preocupação com as condições financeiras para adquirir alimentos. A preocupação com a saúde ou com o excesso de peso geralmente é insignificante, pois, na concepção delas, o importante é ter saúde e a comida é um dos elementos essenciais para garantir isso.

Ainda que elas também se privem de alimentos para assegurar que os outros membros da família se alimentem, as mulheres buscam opções mais baratas para passar

a fome momentânea. Não é incomum vê-las substituir refeições por biscoitos. Sendo assim, a obesidade se apresenta como mais uma face da desigualdade.

O Programa Bolsa Família é muito marcante neste contexto. Segundo relatos de alguns moradores, eles nem conseguem citar alguém daquela região que não seja beneficiário do Programa, ainda que mudanças recentes indiquem a redução no número de benefícios, fenômeno ao qual minha pesquisa está particularmente atenta.

Embora o PBF, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tenha reduzido a extrema pobreza em 28% entre 2002 e 2012⁵, o que observamos nesses últimos meses é que muitos benefícios foram cortados sem justificativa. O governo anunciou um reajuste de 5,56% no PBF, o que dá em média, R\$10,00, entretanto, quase um milhão de famílias⁶ já foram cortados do programa de transferência de renda. Os moradores do Tripé também foram afetados e voltaram a se enquadrar no que Pessanha e Mitchell (2006) chamam de vulnerabilidade alimentar.

Podemos entender vulnerabilidade alimentar como a ausência de acesso a alimentos necessários para o funcionamento do organismo. Isso se dá por falta de condições financeiras e afeta famílias com rendimentos de até meio salário mínimo. Existem algumas estratégias que evitam ou reduzem essa vulnerabilidade; entretanto, não estão disponíveis para todas as famílias que se encontram nessa situação.

Questionei algumas pessoas da Favela do Tripé sobre o recebimento do PBF e parte delas alegou que prefere que ninguém saiba sobre valores²⁸ e se recebe ou não; isso porque eles têm receio de julgamentos e de serem vistos como aproveitadores, vagabundos, acomodados, esfomeados e dependentes. Eles dizem sentir vergonha quando precisam de alguma ajuda (vinda de ONGs, igrejas ou pessoas físicas) e se sentem julgadas quando aceitam algum auxílio, incluindo o benefício do PBF.

Por outro lado, eles também ponderam sobre a relação do recebimento do benefício com o corpo. Segundo alguns beneficiários, quando eles possuem um corpo com excesso de gordura são julgados, pois, se eles estão acima do peso, significa que eles comem bem, logo, não precisariam receber o BF.

O peso também está associado, assim como o PBF, à falta de trabalho. A gordura corporal é vista como sinônimo de preguiça, falta de cuidado e acomodação. O estigma da gordura desqualifica o indivíduo e o torna incapaz de conseguir um emprego.

⁵ http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/bolsa-familia-reduziu-a-miseria-em-28-nos-ultimos-10-anos/@nitf_custom_galleria

⁶ <https://www.cut.org.br/noticias/governo-corta-bolsa-familia-de-quase-1-milhao-de-familias-1817>

Para Goffman (1981), “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo”. A estigmatização para aqueles que já possuem atributos morais ruins notadas anteriormente funciona como um controle social, afastando essa minoria de um convívio em grupo.

Assim, considero que as pessoas acima do peso, bem como as que recebem o PBF e as que foram cortadas do benefício, acabam sendo desvalorizadas e excluídas. Conforme dito anteriormente, a pessoa acima do peso é vista como preguiçosa e incapaz, assim como as que recebem o benefício, que também são consideradas vagabundas e inúteis que vivem à custa do Estado; as que tiveram o benefício cortado são julgadas não merecedoras e vivem sobre desconfiança de terem agido de má fé, motivo pelo qual teriam o benefício anulado. São pessoas estigmatizadas de todas as formas: moradia, corpo, recebimento ou o corte do PBF e tantos outros rótulos que recebem.

Sobre o convívio social nesse local, é comum vê-los do lado de fora de suas casas conversando, pois, além de morarem muito próximos, todas as casas mantêm as portas abertas durante o dia, expondo a intimidade de suas vidas familiares em situações de alegria e de brigas.

Deste modo, as desavenças entre os vizinhos são frequentes. No final de semana, eles fazem churrasco ou almoço em que cada um contribui com dinheiro, bebida ou comida, e só os que ajudaram podem participar, causando mais intrigas com os que não puderam por falta de dinheiro.

O momento de se alimentar pode muitas vezes ter um aspecto de sociabilidade. É um momento em que todos sentam em volta da mesa, conversam, trocam experiências e relaxam um pouco. No entanto, quando alguém deixa de participar por falta de dinheiro, passa a ser um motivo de exclusão e estigma.

Segundo Goffman (1981), o ser estigmatizado pode usar o motivo do estigma como desculpa pelo possível fracasso e reafirmar as limitações que a vida pode lhe impor. Na favela, não é incomum que a pessoa excluída daquele momento social se afaste ainda mais e não se sinta à vontade de participar de mais nenhum evento, por mais que posteriormente tenha condições de ajudar financeiramente e assim surja uma associação dos seres estigmatizados.

Neste caso, o estigma determina um controle social formal, pois determinam o afastamento de determinados grupos com características específicas; a falta de dinheiro os faz serem categorizados como indignos e excluídos socialmente.

Apesar da solidariedade que observo em alguns momentos, como de doenças, morte de alguém da família, intervenção do tráfico ou da polícia, festas feitas para as crianças na páscoa, dia das crianças, festa junina ou Natal, também podemos observar que quando se trata de questões financeiras, eles tentam manter o pouco da intimidade que ainda lhes resta, deixando em segredo questões relacionadas a dinheiro, incluindo o recebimento do Bolsa Família.

Segundo Maria, uma interlocutora, a situação está cada vez mais difícil. Com os cortes⁷ já feitos no Bolsa Família, o aumento do gás e o desemprego, a fome voltou a ser uma realidade na vida deles. Para ela, o que tem ajudado muito na aquisição de alimentos são as kombis de legumes e verduras, que vendem ali sobras de alimentos por um preço muito abaixo do praticado em outros locais, além dos 30 ovos por 10 reais. Há também um futuro candidato a vereador que vai uma vez por mês distribuir frutas e legumes para os moradores.

É frequente ver crianças substituírem uma refeição por um pacote de biscoito, muitas vezes por não ter comida em casa. No geral, é na escola em que elas têm acesso a uma refeição mais completa, diversificada e equilibrada.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar⁸(PNAE) é responsável por oferecer alimentação e educação alimentar a todos os estudantes da rede pública na educação básica. O cardápio é elaborado por uma nutricionista com a promessa de atender às necessidades nutricionais e respeitar os hábitos alimentares da região. Para muitas dessas crianças, a refeição na escola é a única do dia.

Nos últimos meses, os ex-beneficiários vêm me relatando que outra maneira de lidar com a falta de comida os tem levado a procurar algumas Igrejas próximas para receberem doação de cesta básica. No entanto, eles me descrevem essa experiência como algo muito humilhante na concepção deles. Isto porque, para receberem essa ajuda, eles precisam assistir ao culto ou à missa inteira para só ao final receber os alimentos.

Ainda assim, segundo o relato deles, esses alimentos geralmente são de qualidade muito ruim e na maioria das vezes vem com os sacos abertos e carunchos⁹, sendo difícil separar o que está próprio para consumo e por isso descartam o alimento e continuam sem acesso à alimentação.

⁷ <https://jornalggn.com.br/noticia/crueldade-social-como-politica-de-estado-por-walquiria-domingues-leao-rego>

⁸ <http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae>

⁹ Bichos que se alimentam de cereais e feijão.

Pensando no contexto citado acima, das igrejas enquanto gerenciadoras de cestas básicas, e inspirada em Foucault (2017), vale analisar o quanto esta instituição faz o papel de disciplinar corpos por meio das missas ou cultos e, posteriormente, escolher quem é passível a ter vida, quais as famílias se beneficiariam mais com as doações, quem merece e conseguirá transformar esse alimento em produtividade.

Ainda que a igreja apareça como um órgão que protege, cuida e distribui auxílio, os tutelados acabam tendo que exercer algumas manobras para merecerem esse amparo, sendo neste caso a participação nos rituais religiosos ou em outros, o batismo e o convertimento como símbolo de merecimento à tutela.

Assim, torna-se ainda mais importante entender o funcionamento do benefício, como ele é utilizado para suprir necessidades alimentares, e como isto atua na construção dos corpos dos beneficiários do BF no que diz respeito a como as moralidades impactam nesse contexto.

Na Favela do Tripé, pessoas acima do peso, as que recebem o Bolsa família e as que foram cortadas do benefício, acabam sendo desvalorizadas e excluídas. Conforme dito anteriormente, o sobrepeso é visto como preguiça e incapacidade, assim como os que recebem o benefício também são considerados vagabundas e inúteis que vivem à custa do Estado a partir do “bolsa vagabundo”; as que tiveram o benefício cortado são julgadas não merecedoras e vivem sob desconfiança de terem agido de má fé e esta foi a razão do corte. Desta forma, essas pessoas vivem em estado de constante vigilância e controle, onde todos esses agentes se controlam e são controlados, havendo uma socialização e sociabilidade do controle.

Portanto, nos três casos descritos acima, os corpos e o Bolsa Família produzem efeitos na identidade e produzem imagens das pessoas que são responsáveis por julgar e categorizar os outros e a si mesmos desenvolvendo relações de moralidades e efeitos na sociabilidade dos rotulados, dos portadores de atributos.

Foucault (2017) atribui ao Estado o investimento na vida, o cuidado com os corpos para o aumento da produtividade atribuído ao aumento das forças produtivas. Para tal, instituições disciplinadoras e práticas políticas e econômicas surgem para garantir o controle das populações e, por conseguinte, o controle a vida.

Sem dúvida, o PBF tem importância clara no combate à pobreza, à fome e à miséria. No entanto, muitas de suas condicionalidades não são seguidas, o que minimiza os resultados esperados. Podemos usar a ideia de Foucault de governamentalidade para

compreender os modos como o Estado – e o PBF é um instrumento estatal, uma política pública – gerencia a vida das margens (DAS e POOLE, 2008). Por isso, é da maior relevância entender a margem, seus habitantes e suas práticas para chegar a avaliações mais consistentes do Bolsa Família.

Meu objetivo, neste paper, foi apresentar dados etnográficos de minha pesquisa de mestrado, a fim de criar possibilidades de pensar a articulação entre o recebimento de um programa de transferência direta de renda, alimentação e moralidades. O texto buscou deixar claro como são feitas as escolhas alimentares e em que medida o uso do dinheiro – bem como as questões de pertencimento – cria e reproduz estigmas, estando diretamente atrelado às moralidades. Isso mostra o quanto o Bolsa Família é responsável por modificações importantes nos modos como as pessoas se relacionam entre si e nas leituras que fazem uns dos outros, estabelecendo julgamentos morais e estigmas.

3- Bibliografia

BARBOSA, Livia. *Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: O Brasil no Prato dos Brasileiros*. In: *Horizontes Antropológicos, Porto Alegre*, 2007.

BENEDICT, Anderson. *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre A Origem e A Expansão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BOLTANSKI, Luc. *As Classes Sociais e o Corpo*. São Paulo: Graal, 2004.

CAMPELLO, Tereza. e NERI, Marcelo. *Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CAMPELLO, Tereza. *Faces das Desigualdades no Brasil*. Um olhar sobre os que ficam para trás. Brasil: CLACSO e AGENDA IGUALDADE, 2017.

DANIEL, Jungla e CRAVO, Veraluz. *O Valor Social e Cultural da Alimentação*. In: *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*, 2005.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. *El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas*. In: *Cuadernos de Antropologia Social*, n.27, 2008.

EGER, Talita. *Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: Uma Perspectiva Etnográfica*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2003.

FASSIN, Didier. *Another Politics of Life is Possible*. In: *Theory Culture Society*, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A História Da Sexualidade*. São Paulo: Graal, 2017

- GOFFMAN, Ervin. *Estigma. Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. *Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença*. In: *Cultural Anthropology*, 1992.
- MARINS, Mani. *Bolsa Família. Questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- MARTINS, Ana Paula B. *Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda*. Tese. Faculdade de Saúde Pública, USP, 2013.
- MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo”. *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília. “Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade”. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. 17 (3), 2012.
- REGO, W e PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Unesp, 2014.
- ZELIZER, Viviana. El dinero de los pobres. In: *El significado social del dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- _____. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: 2011.
- YATZIMIRSKY, Carolina. *A comida dos favelados*. In: *Estudos Avançados*, 2006
- YAZBEK, Maria. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. São Paulo, 2012.